

Assembleia Simultânea (Fundão, Macaé e Praia Vermelha)

Terça-feira, 20 de agosto, às 10h. Pauta: Informes sobre as mesas de negociação do acordo de greve e avaliação da conjuntura

Jornal do Sintufrj

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXXVIII - Nº 1438

30 de julho a 11 de agosto de 2024

www.sintufrj.org.br



CAPITALISMO EM XEQUE:

Pesquisadora Clara Mattei, professora do Departamento de Economia da New School for Social Research, em aula inaugural do Nides, apresenta livro que expõe a relação do sistema econômico com o fascismo

Página 11

'LEMBRAR, PARA NÃO ESQUECER'

O impacto de 20 anos de ditadura na UFRJ

Página 12

PÓS-GREVE

GT Carreira explica pontos do acordo

Páginas 3 e 4

Foto: Elisângela Leite



Sintufrj celebra Dia da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha

Páginas 7 e 8

Dirigente do SintufRJ no debate da UNE

Convidado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) para representar o SintufRJ, o coordenador-geral do sindicato, Esteban Crescente, participou, nesta segunda-feira, 29 de julho, do debate “Menos juros e mais educação: disputar os rumos da política econômica para construir um projeto de universidade e nação”, parte da programação desta segunda-feira, dia 29, do 70º Conselho Nacional de Entidades Ge-

rais (Coneg) da UNE, na Universidade Paulista.

A mesa, que dividiu com economistas, militantes e dirigentes de partidos, entidades nacionais sindicais e da sociedade civil, abordou como a alocação de recursos públicos e a gestão econômica impactam diretamente a qualidade e a acessibilidade da educação superior no Brasil, consequências das políticas econômicas austeras no funcionamento

das universidades públicas, e repercussões na pesquisa, ensino e extensão.

Esteban, da Coordenação Nacional do Movimento Luta de Classes e vice-presidente estadual do Partido Unidade Popular no Rio, foi diretor do DCE da UFRJ e de Assistência Estudantil da UNE. Ele saudou os estudantes pelo apoio à greve da Educação e principalmente os Diretórios Centrais que protago-



Foto: Correnteza

MOVIMENTO ESTUDANTIL debate juros na conjuntura do país

nizaram paralisações e atos em apoio ao movimento dos técnicos-administrativos em edu-

cação. “Sem eles, nossa vitória com certeza seria muito mais difícil”, comentou.

Novo edital para cursos de capacitação

O edital dos cursos de capacitação do SintufRJ para o segundo semestre já está disponível no site do sindicato. As inscrições foram abertas nesta segunda-feira (29) e se estendem até 31 de agosto.

Veja os cursos disponíveis

- Inglês instrumental 1, 2 e 3
- Espanhol instrumental Módulo 2
- Espanhol regular (iniciantes) Módulo 2
- Português para concursos
- Patrimônio Cultural: saberes e memórias

Notas de falecimento

Lamentamos informar o falecimento de Valter da Rocha Tristão Filho, no dia 23 de julho, aos 74 anos, aposentado, técnico-administrativo da UFRJ desde 1968. Era casado e deixa três filhos.



Também com pesar informamos o falecimento de Nelma Santiago Pereira, no dia 28 de julho, aos 83 anos. Aposentada, trabalhou no Centro de Materiais do HUCFF. Pertencia aos quadros da UFRJ desde 1978.



Luta em defesa dos hospitais federais

No dia 26 de julho, data de mobilização nacional em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), contra as organizações sociais e contra a privatização da saúde pública, representantes de sindicatos e entidades estaduais e nacionais, profissionais de saúde, parlamentares, militantes, coletivos e movimentos sociais reuniram-se no auditório do Sintsáude do Rio de Janeiro, na Cinelândia, para traçar estratégias de luta. Alzira



Foto: Divulgação

DEFESA DO SUS mobiliza entidades da área da saúde pública

Trindade, do GT Saúde do SintufRJ, participou da reunião. Segundo ela, as entidades presentes se posicionaram contra o fatiamento proposto pelo MS e governo Lula como solução para a

crise na administração dos hospitais federais (Andaraí, Bonsucesso) e conclamam as entidades representativas dos movimentos em defesa da saúde pública a se fortalecerem.

REUNIÃO DO GT SEGURANÇA

DIA 30 (TERÇA-FEIRA) 10H - ESPAÇO CULTURAL DO SINTUF RJ

PAUTA: 30º SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA NAS IFES E EBTTS DE 14 A 18 DE OUTUBRO NO RECIFE

Carreira no pós-greve

GT aprofunda discussão sobre pontos que resultaram como conquista do movimento

Foto: Renan Silva

No cenário pós-greve, o desdobramento das negociações com o governo envolve temas como a Racionalização e Aglutinação de Cargos; Reposicionamento dos Aposentados; e Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). Recente assembleia da categoria aprovou o aprofundamento da discussão sobre estes temas.

Para debater as conquistas da greve e seus desdobramentos, o GT Carreira do Sintufjrj programou uma série de três debates, desde a semana passada. Começou com uma live, dia 15, sobre a Racionalização e Aglutinação. A edição de segunda-feira, dia 22, teve como foco o Reposicionamento dos Aposentados. O RSC veio na sequência.

A reunião do dia 22 foi conduzida pelo coordenador de Comunicação da Fasubra Francisco de Assis, que traçou o histórico de lutas da Federação, fez um resgate dos principais momentos destes 113 dias da greve histórica, até a assinatura do acordo, dia 27 de junho, e reiterou suas conquistas.

Dentre estas conquistas, além da recomposição orçamentária das universidades e institutos federais, destacou o crescimento do impacto



GT CARREIRA em uma das sessões híbridas, na sala de reuniões do Sintufjrj, para discutir vários pontos que serão regulamentados

financeiro do que o governo destinaria ao atendimento da pauta (que saltou de R\$ 1,8 bilhão em fevereiro para R\$ 4,1 bilhões em junho) – que se reflete em percentuais nas tabelas e incentivos (o reajuste em 2025 e 2026, o aumento no valor do step e da correlação entre os níveis).

O coordenador lembrou, ainda, o recente aumento do auxílio-alimentação de R\$ 658 para R\$ 1.000, da assistência pré-escolar (de R\$ 321 para R\$ 484) e o aumento variável do auxílio-saúde suplementar (por faixa de idade e remunera-

ção). E fez um resgate da evolução salarial desde a conquista do PCCTAE em março de 2005 até maio de 2023.

O que é reposicionamento

Em relação ao reposicionamento dos aposentados, Francisco de Assis explicou que o acordo de greve assinado em 2012 entre o governo e os trabalhadores considerou necessário corrigir distorções do enquadramento de aposentados e pensionistas no momento da passagem do PUCRCE para o PCCTAE (em 2005).

A lei teria de ser alterada para garantir o reposicionamento na tabela na mesma posição hierárquica ocupada no plano anterior. Mas o encaminhamento foi interrompido com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. E só agora é retomado, como mais um fruto da greve.

A reunião teve a participação da coordenadora de Aposentados da Fasubra Maria Tereza Tavares Fujii, que explicou a importância da conquista de ganhos na Carreira, mais que com possíveis gratificações.

ACESSE
MATÉRIA
COMPLETA



Reconhecimento de Saberes e Competências na pauta

Na terceira reunião da série que discutiu os desdobramentos da greve, o GT Carreira Sintufrrj debateu, nesta segunda-feira, 29, o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC.

Os temas anteriores foram Racionalização e Aglutinação de Cargos, no dia 15, e Reposicionamento dos Aposentados, dia 22. Mais uma reunião participativa em que, além da apresentação do RSC, foram definidas as oficinas de trabalho que tratarão de cada um dos temas (há ainda a oficina que tratará de Desenvolvimento). Cada grupo apresentará, num seminário final, contribuições a serem enviadas à Comissão Nacional de Supervisão da Carreira da Fasubra.

COMO SERÁ?

O RSC é, sem dúvida, uma grande conquista e pauta da Fasubra desde 2014. Está no acordo de greve. Vai ser implementado em abril de 2026. Mas como será?

“Esse é o desafio dos integrantes do GT”, aponta o coordenador Francisco de Assis, que conduziu a reunião, diante deste mecanismo inédito de valorização da experiência profissional. “Estamos partindo do zero”, ponderou. Segundo o texto da minuta proposto pelo governo,



Foto: Renan Silva

GT CARREIRA mergulha semanalmente nos diversos aspectos relacionados à questão

cabará à Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira propor os critérios e procedimentos para concessão do RSC.

VOU GANHAR DOUTORADO?

O coordenador explicou que o RSC é uma equivalência: “Ninguém vai ganhar título de doutor ou mestre, ou qualquer título garantido apenas pela educação formal. A lógica é a de ganhar (comprovado o saber e a competência) a diferença remuneratória equivalente ao percentual do Incentivo à Qualificação.”

Por exemplo, se alguém que tem uma especialização e ganha 30% de IQ obtiver o reconheci-

mento (sob critérios que ainda serão elaborados), irá ganhar percentual de RSC equivalente ao IQ do mestrado (neste caso, a diferença de 30% para 52%, ou seja, 22%).

“É reconhecer que há outra forma de competência que equivale a um título. Mas não é o título”, reitera Francisco, citando, entre outros, o exemplo de um técnico em laboratório que contribui com seu conhecimento e experiência, compartilhando o saber, desenvolvendo métodos, criando práticas pioneiras ou com uma descoberta.

UM PROBLEMA

Para o coordenador, a proposta apresentada pelo MEC na minuta de proje-

to de lei que vai alterar o PCCTAE tem um problema. O texto diz: “A partir de 1º de abril de 2026, para fins de percepção do Incentivo à Qualificação, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências”. Mas a Fasubra defende uma rubrica específica para o RSC, diferente do IQ. A proposta do governo desincentivaria o servidor a continuar estudando e geraria dados falsos quanto à qualificação.

Alerta – Mesmo sem ainda haver critérios definidos, o coordenador orienta que os servidores guardem documentos sobre tudo que já realizaram ou contribuíram para a

CNSC dá encaminhamentos aos termos do acordo

Nos dias 16 e 17 de julho, a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC/MEC), com representantes da Fasubra, Sinasefe e MEC, reuniu-se para debater os temas que garantam o termo de acordo de Greve de 2024, como as alterações necessárias da Lei nº 11.091/2005, que instituiu o PCCTAE.

Segundo os representantes da Fasubra, foi garantido no projeto de lei (em formulação), nova estrutura da malha salarial, recomposição salarial, aumento de step, que as disciplinas cursadas em graduação e pós-graduação sejam consideradas para progressão por capacitação, extinção da relação indireta do IQ e criação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para todos os servidores do PCCTAE, entre outros pontos.

A próxima reunião da CNSC/MEC está prevista para os dias 23 e 24.

universidade, como premiações, artigos, participação em conselhos, seminários, congressos, chefias, coordenações, comissões, entre outras atividades.

Dias difíceis no IPPMG

Sintufrj faz visita noturna à entidade e ouve relatos de dificuldades na infraestrutura e de hostilidades no ambiente de trabalho

Conflitos no local do trabalho, isolamento improvisado de leitos com jalecos pendurados, percentuais distintos de insalubridade para o mesmo ambiente e função, falta de pessoal, de material e de infraestrutura, vazamentos, redução de leitos.

Esse cenário de caos foi relatado à direção do Sintufrj na visita noturna que fez ao IPPMG dia 18 de julho, registrado pelo assessor para Segurança do Trabalho Rafael Boher, inclusive em fotos, para lastrear a análise técnica sobre os ambientes insalubres, o que, no caso, sustentam a necessidade de grau máximo de insalubridade.

O coordenador-geral do Sintufrj Esteban Crescente explicou que a ronda noturna nas enfermarias da unidade teve por objetivo informar a categoria das conquistas da greve, explicar as mudanças na carreira, distribuir o jornal da entidade.

Segundo Esteban, a constatação das dificuldades foi inevitável: “Fizemos uma visita noturna para verificar as condições de trabalho para, inclusive, fortalecer a argumentação técnica

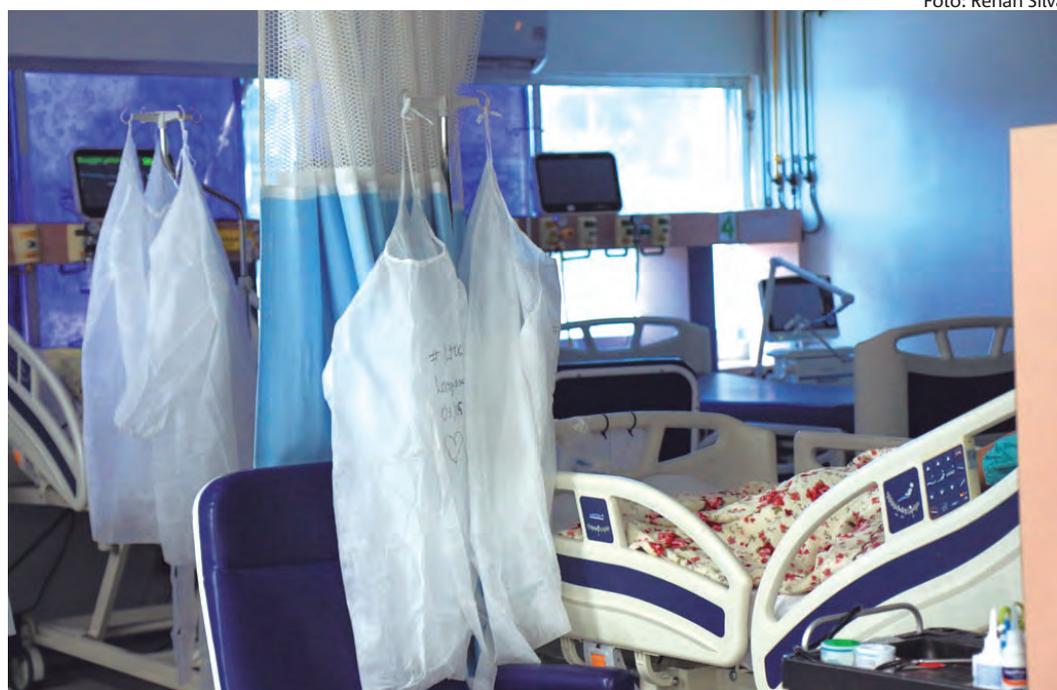


Foto: Renan Silva

JALECOS usados na enfermaria para acesso a pacientes isolados

para a concessão de grau de insalubridade”.

“Ouvimos os relatos das dificuldades que os trabalhadores estão enfrentando inclusive no atendimento ao público, com pouca gente com a saída dos extraquadro e a necessidade de profissionais especializados na área de pediatria”, disse Esteban.

O dirigente destacou a importância da organização coletiva da base do IPPMG, que vem desde a época da luta pelo piso da enfermagem, com representações coletivas que se organizaram também para a recente greve da categoria e agora segue por melhores condições de trabalho.

Um ambiente hostil

Calúnia, difamação, agressão verbal e até ameaças. Os funcionários afirmam que são problemas há anos sem solução. Há casos até de adoecimento de trabalhadores submetidos a esta situação.

Os relatos destacam também as dificuldades com a saída de extraquadro que deixaram a unidade temendo os efeitos da Ebsersh, tornando o déficit de pessoal ainda mais evidente e ampliando as demandas dos que lá estão.

Com isso, já houve até o fechamento de um leito de CTI e a sobrecarga de trabalho dos servidores que ficaram.

Mão de obra seria fundamental, mas há também falta de material, e até já viram ratos na en-

trada da emergência. Para piorar, há insegurança do pessoal RJU pela ameaça de serem colocados à disposição de outras unidades.

Os trabalhadores comentam também que há setores com vazamento e infiltração. “Tem vazamento na laje, na entrada do setor de UTI e enche quando chove, como em todo o corredor da entrada principal”, relatou um dos trabalhadores.

“Quanto à infraestrutura no ambiente de trabalho, devo dizer que tem problemas estruturais, sim. Com a vinda da Ebsersh para o nosso instituto, o sentimento dos mais antigos é de muita tristeza e vontade de aposentar”, disse outra servidora.

Atendimento, informação e proteção

“Essa visita foi marcada justamente para atender os servidores dos plantões noturnos, que por conta do horário a gente tem menos contato. Para prestar atendimento nos processos de saúde e segurança do trabalho, inclusive, não só da insalubridade, mas também dos comunicados de acidentes de trabalho”, explicou Rafael Boher.

Os servidores, explica Boher, estão encaminhando cópias dos processos para concessão da insalubridade para que seja feita uma análise pela equipe para determinar o percentual que o servidor deveria ganhar. “Se houver alguma divergência com a CPST, nós encaminhamos um recurso a fim de esclarecer ou elucidar, e, se for o caso, apresentar nossos apontamentos para reivindicar que seja alterado”.

Saúde passada a limpo

O Grupo de Trabalho de Saúde do Sintufrj se reuniu na sexta-feira (19) para tratar de uma densa pauta: situação na Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador (antiga DVST); insalubridade e exames periódicos.

Além da participação de diretores e integrantes da base, a reunião contou com a presença do assessor para Segurança do Trabalho do Sintufrj, Rafael Boher.

O momento pelo qual passam os trabalhadores da DVST foi motivo de debate e reflexão no GT. Os trabalhadores têm denunciado desrespeito e autoritarismo por parte da Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4), pasta à qual a unidade é ligada.

No debate, foi encaminhado que o Sintufrj apoiará a demanda dos trabalhadores da DVST, que terão também apoio jurídico contra perseguições e/ou assédios caso ocorram.

Ficou decidido que o Sintufrj realizará uma reunião específica com os trabalhadores da unidade.

INSALUBRIDADE

Sobre a insalubridade, o assessor para segurança do trabalho Rafael Boher explicou como é desenvolvido o trabalho



Foto: Elisângela Leite

GT SAÚDE do Sintufrj fez inventário dos problemas imediatos relacionados à saúde do trabalhador na universidade

do sindicato. O profissional prestou esclarecimentos sobre as orientações e normativas vigentes que têm como parâmetro a CLT, haja vista não existir uma lei específica para segurança do trabalho no serviço público.

Há uma grande reclamação dos trabalhadores das unidades da UFRJ sobre o resultado dos laudos de insalubridade e também sobre a demora para realizá-los.

Segundo Boher, os laudos são feitos e emitidos pela DVST. Quando contestados pelo trabalhador ou não são realizados, o Sintufrj realiza um trabalho de aferição do ambiente de trabalho e produz um laudo que é enca-

minhado à DVST.

O objetivo é levantar e esclarecer a situação e a realidade do trabalhador no seu local de trabalho para consubstanciar o perito da DVST, pois o direito à insalubridade e o estabelecimento do percentual são concedidos pela universidade conforme o servidor esteja adequado aos parâmetros estabelecidos”, explicou Boher.

No que diz respeito aos exames periódicos, existe uma comissão criada pela PR-4. O GT discutiu exatamente se o trabalho está fluindo e de que forma está sendo feito. Para tanto, encaminhou que se marque uma reunião com a PR-4 para saber como anda esse processo.

Efeito Ebserh: servidores querem transferência

Um dos temas tratados na reunião do Grupo de Trabalho de Saúde do Sintufrj estava relacionado à política de movimentação interna de servidores, especialmente da área da saúde, nas unidades que estão passando para o comando da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), como explicou a coordenadora-geral do Sintufrj Laura Gomes.

De acordo com a dirigente, muitos servidores que estão lotados no HUCFF, IPPMG e na Maternidade Escola, unidades que estão sendo entregues à empresa, estão solicitando a transferência de local de tra-

balho. Como se sabe, o processo de transição da administração atual para a Ebserh tem provocado insegurança entre trabalhadores, os quais procuraram alternativas para sua vida profissional.

Laura Gomes disse que a direção do Sintufrj vai procurar a Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) em busca de informações sobre como essas movimentações de servidores podem ser realizadas. Ela disse que a Portaria da UFRJ (nº 700, de 3 de janeiro deste ano) que trata da questão merece um debate junto à PR-4 e pode estar trazendo dúvidas sobre esses processos de transferência.

Mulheres negras em luta

Ontem, hoje, nos quilombos, nos terreiros, nos campos, nas periferias, nas favelas, nas cidades contra o racismo, pelo bem viver!

As cores vibrantes da África, as saias brancas e os brilhos em reverência aos orixás, os tambores dos terreiros e das rodas de samba e de maracatu realçaram a beleza da pele e deram ritmo às milhares de mulheres negras de todas as gerações que no domingo, 28, ocuparam a orla de Copacabana e foram protagonistas absolutas das suas pautas.

Pelo 10º ano, a Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro, organizada pelo Fórum Estadual de Mulheres Negras RJ, foi um dos atos políticos de rua que mais mobilizou pessoas. Segundo a organização do evento, representações de 52 dos 98 municípios do Rio de Janeiro estavam presentes. A enorme faixa que abriu a passeata anunciava: “Mulheres negras unidas contra o racismo, pelo bem viver”.

A manifestação deste ano teve como um dos focos mobilizar para a Marcha Nacional das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, que será realizada em novembro de 2025, em Brasília, quando é esperada a participação de mais de um milhão de mulheres negras de todas as partes do país. Gratidão às ancestrais guerreiras pela cultura, história e pelas raízes da luta por igualdade de direitos, dignidade e combate ao racismo



Fotos: Elisângela Leite

A FORÇA DA ANCESTRALIDADE presente na orla de Copacabana celebra a herança africana



MULHERES TRABALHADORAS DA UFRJ ergueram a bandeira do Sintufjrj na manifestação

estava presente em todas as falas.

DENÚNCIAS

Ao longo da marcha, faixas de todos os matizes e tamanhos de diversos coletivos de mulheres negras, de várias partes do estado e da cidade, identificavam as

denúncias históricas da população negra, que é 56% dos brasileiros, tais como:

Parlamentares negras de partidos progressistas estavam presentes na marcha. “A nossa luta é cotidiana. Temos que lutar pela nossa fé que acreditamos e para ficar viva. Por isso é

que temos que ocupar os espaços que decidem sobre nós. Vamos eleger mulheres negras nesta eleição. Minha participação da política é para estimular e encorajar outras mulheres negras a se candidatarem”, afirmou Benedita da Silva, deputada federal (PT-RJ).

SINTUFJRJ, PRESENTE!

Servidoras da UFRJ, sob a liderança do Sintufjrj, formaram uma ala na marcha. “Essa reunião de mulheres negras é muito importante, porque não nos sentimos sós, há um coletivo de lutadoras”, observou a aposentada Ivone Gabriel. “Muito lindo de ver essa multidão de mulheres de todas as cores, pintadas, de turbantes, lutando pela sua liberdade”, constatou a coordenadora sindical Marli Rodrigues. “Estamos aqui mostrando a nossa força para vencer a violência racial em todos os níveis, o feminicídio e a exclusão social”, afirmou Fátima Rosane, também coordenadora do Sintufjrj.

“Essa marcha nos dá visibilidade, mostra que nós, negras, temos voz, somos fortes e estamos prontas para a luta contra o racismo e a violência obstétrica, doméstica, policial...”, pontuou Selene de Souza. “Nós, mulheres índias e pretas, participamos da marcha para mostrar nossa força nessa sociedade machista, que ainda não nos dá valor”, destacou Alzira das Neves.

“A marcha é um encontro maravilhoso de mulheres negras, nos enche de energia para a luta antirracista, por respeito e pela igualdade racial”, disse a aposentada Norma Santiago. “Essa marcha expõe o que está ocorrendo na vida das mulheres negras; e os valores culturais, como samba e a batucada, criados pelo povo negro e que foram absorvidos pelos brancos”, concluiu a aposentada Débora Ferreira.

Sintufjrj marca o Dia da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha com rodas de conversa

Fotos: Elisângela Leite

Três a cada quatro pessoas que vivem na pobreza, no Brasil, são negras. Além do racismo, cujos dados a cada dia são mais alarmantes, as mulheres afrodescendentes são as que mais sofrem com a desigualdade social e a violência em todos os setores da vida. Por isso, 25 de julho – Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra no Brasil – é celebrado com debates e outras atividades políticas para garantir visibilidade às questões enfrentadas por essas mulheres no seu cotidiano, e também marca várias conquistas.

O Sintufjrj destacou a data com palestras de especialistas sobre temas: “O impacto e as consequências do aborto para as mulheres negras”; “Violência e racismo na atenção obstétrica”; “Análise do cenário jurídico brasileiro nos casos de violência obstétrica em mulheres negras” e “Vivências e desafios da mulher negra”. A roda de conversa foi realizada no Espaço Cultural da entidade e reuniu dezenas de companheiras da UFRJ, inclusive aposentadas. Denise Góes, superintendente da Sgaada (Superintendência-Geral de Ações Afirmativas,

Diversidade e Acessibilidade), e Luzia Araújo, ouvidora-geral da universidade, estavam entre as participantes.

ABERTURA PELAS ORGANIZADORAS

Dirigentes do sindicato e colaboradoras da atual gestão organizaram e coordenaram a roda de conversa. “O 25 de julho é um dia dedicado à luta da mulher negra, latino-americana e caribenha demarcando o protagonismo das mulheres negras em uma sociedade com extrema desigualdade de gênero, classe e raça. A Superintendência de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade, hoje representada por uma mulher negra, potencializa a luta antirracista na UFRJ”, disse Helena Alves, da Coordenação de Educação e Cultura do sindicato.

“Esta é uma data em que as mulheres negras, indígenas e de comunidades tradicionais refletem sobre suas lutas e se voltam para o fortalecimento de suas organizações. Um dia que marca a luta e a resistência internacional das mulheres negras contra o racismo e o sexismo”, afirmou na sua saudação a coordenadora de Políticas Sociais Anaí Estrela. “Este dia é nosso, portanto, nós, mulheres negras, temos que tomar posse dele”, incentivou Selene Vaz. “A ins-



NORMA (colaboradora), as coordenadoras Helena Vicente e Anaí Estrela e Selene (colaboradora)

titucionalização de 25 de julho como também Dia Nacional de Tereza de Benguela reverencia as mulheres negras do país”, disse

Norma Santiago. “Sua trajetória inspira gerações de mulheres negras lutadoras, porque a Tereza de Benguela ficou conhecida pela

sua coragem e determinação à frente do Quilombo Piolho, no Mato Grosso, no século XVIII”, acrescentou a militante.

O drama do aborto para mulheres negras

De acordo com a pesquisadora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj, Ana Carolina Gonçalves, o aborto só se tornou um problema de saúde pública após as conferências internacionais sobre população e desenvolvimento, no Cairo, e mundial sobre a mulher, em Beijing, nos anos de 1994 e 1995, quando a ONU se pronunciou a respeito do aborto clandestino e seus impactos na saúde da mulher.

“Por ser uma prática legalizada apenas em casos de violência sexual ou em risco de morte para a mãe, era difícil ter dimensão sobre quais métodos eram utilizados em abortos clandestinos e a quantidade de mulheres mortas. As mulheres não procuravam o sistema de saúde por medo de serem presas”, disse.

Dados da Pesquisa Nacional do Aborto de 2021 revelam que uma em cada cinco mulheres negras perto de 40 anos já fez pelo menos um aborto. “Os índices mais altos estão entre pessoas negras e indígenas, com nível de escolaridade mais baixo. A precariedade nos serviços de assistência em saúde, além da convivência com a violência dentro de casa nas relações, são alguns dos aspectos que explicam esta realidade”, explicou Ana Carolina.



Violência obstétrica amplia risco de morte

A advogada e mestranda pela Unirio, Luciana

Teixeira, que desenvolve pesquisa sobre as mulheres negras, tendo como foco violência obstétrica, apresentou dados alarmantes: risco de morte materna é duas vezes maior; recebem menos analgésico em caso de episiotomia (corte realizado no períneo da mulher); maior risco de pré-natal inadequado e mais dificuldade de atendimento hospitalar na hora do parto.

A falta de informação sobre como realizar exames e dificuldade de acesso ao sistema de saúde (SUS) – que, por sua vez, não oferece programa de humanização –, consultas médicas muito rápidas e atendimento com rispidez, não acolhimento no pré-natal, entre outros fatores, são situações impostas às mulheres negras pobres e grávidas.

Segundo Luciana, o Judiciário não sabe como identificar o que seja violência obstétrica. Vale o que a equipe médica fala. Além disso, falta um recorte racial na lei e políticas públicas. A advogada recomenda que as vítimas denunciem pelos seguintes canais: Telefone 180 ou pelo Dique Saúde 136; acione o Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência de Gênero (Nudem) (21) 2332-6371; ou procure uma advogada especialista para defesa dos seus direitos. Ela encerra sua palestra com uma citação de Lélia Gonzales:

“...Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão.”

Fotos: Elisângela Leite



Proteção na hora do parto



A educadora perinatal Juliana Santiago Santos

explicou o que faz a doula, profissão que também exerce. “A doula é uma mulher que serve, sempre existiu”, disse, lembrando a atuação das parteiras. Uma profissional que surgiu para auxiliar a mulher na gravidez e na hora do parto, evitando que ela fique nas mãos de machistas, que tratam o corpo feminino como se ele tivesse que ser moldado para facilitar o seu trabalho.

Técnica de respiração, massagem, banhos de água quente, informações sobre seus direitos e o que deve ser respeitado pelo sistema de saúde são algumas das tarefas desempenhadas pela doula. “A intenção é impedir que a mulher grávida seja discriminada e negligenciada, passe por procedimentos médicos não permitidos, sofra

violência física e verbal”, enumerou Juliana. “Proibir a mulher a ter um acompanhante na hora do parto ou induzi-la a se submeter a uma cesariana sem necessidade é ilegal”, citou como exemplo.

Segundo a especialista, o corte vaginal para facilitar a passagem do bebê é um procedimento que se tornou raro, mas costuma ser praticado em mulheres negras, que ficam com uma cicatriz feia.

Juliana finalizou: “É muito importante as políticas públicas que valorizem os saberes e práticas ancestrais. Temos que saber o lugar que ocupamos na sociedade e parar com parto violento. Não condenamos a cesariana, mas temos direito de gritar e a ter alterações fisiológicas durante o parto. O corpo da mulher sabe o que é preciso fazer para a criança nascer.”

Vivências e desafios da mulher negra

A assistente social e ativista dos direitos da mulher negra, Preta Gonçalves empolgou a mulherada que lotou o Espaço Cultural do Sintufjrj. “No terreiro é roda, na beira da caçada também é roda”, a brincadeira é roda. A nossa vida é uma roda, comparou a palestrante.

“Vivemos num país onde uma juíza absolve os assassinos de uma adolescente [ela se referiu aos três policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) que atiraram em João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, e foram inocentados sumariamente pela juíza Juliana Bessa Ferraz Krykhtine, da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo] e um casal dança

imitando macaco numa roda de samba, um espaço sagrado nosso, e nada acontece”, lamentou.

“Enfrentamos desafios desde que chegamos neste Continente, e o maior deles é o direito à humanidade. A mulher negra sempre foi deixada de lado. A mãe branca não teme que seu filho seja comparado com um bandido e não retorne para casa. Se a gente não falar de racismo, como ele vai se resolver? Tenho a experiência de todas essas dores, mas também a experiência da vitória. Estamos falando da nossa luta e precisamos de aliados, mas os protagonistas somos nós”, pontuou a ativista.



Cotas: MEC vai unificar critérios

O MEC pretende estabelecer padrões mínimos para as comissões de heteroidentificação existentes nas universidades. Para isso, irá reunir as instituições federais de ensino para realizar essa discussão.

Hoje, as universidades têm diferentes modelos para fazer a checagem de cotistas. Dentre os formatos, há a forma presencial, a de videochamada e o envio de gravação pelo candidato.

Na UFRJ o critério é presencial. As bancas avaliadoras têm diversidade de gênero e raça, sendo compostas



DENISE Góes

de alunos, professores e técnicos-administrativos. Estes passam por cursos de formação para se habilitarem para a avaliação dos candidatos.

A superintendente Denise Góes, da Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade da UFRJ (Sgaada), avalia de forma positiva a iniciativa do MEC.

“Essa iniciativa do MEC está sendo muito bem recebida e era muito esperada. O MEC, pelo volume de optantes das políticas públicas de ações afirmativas do Sisu, tem necessidade de

uma normativa própria para o procedimento de heteroidentificação”, diz a superintendente.

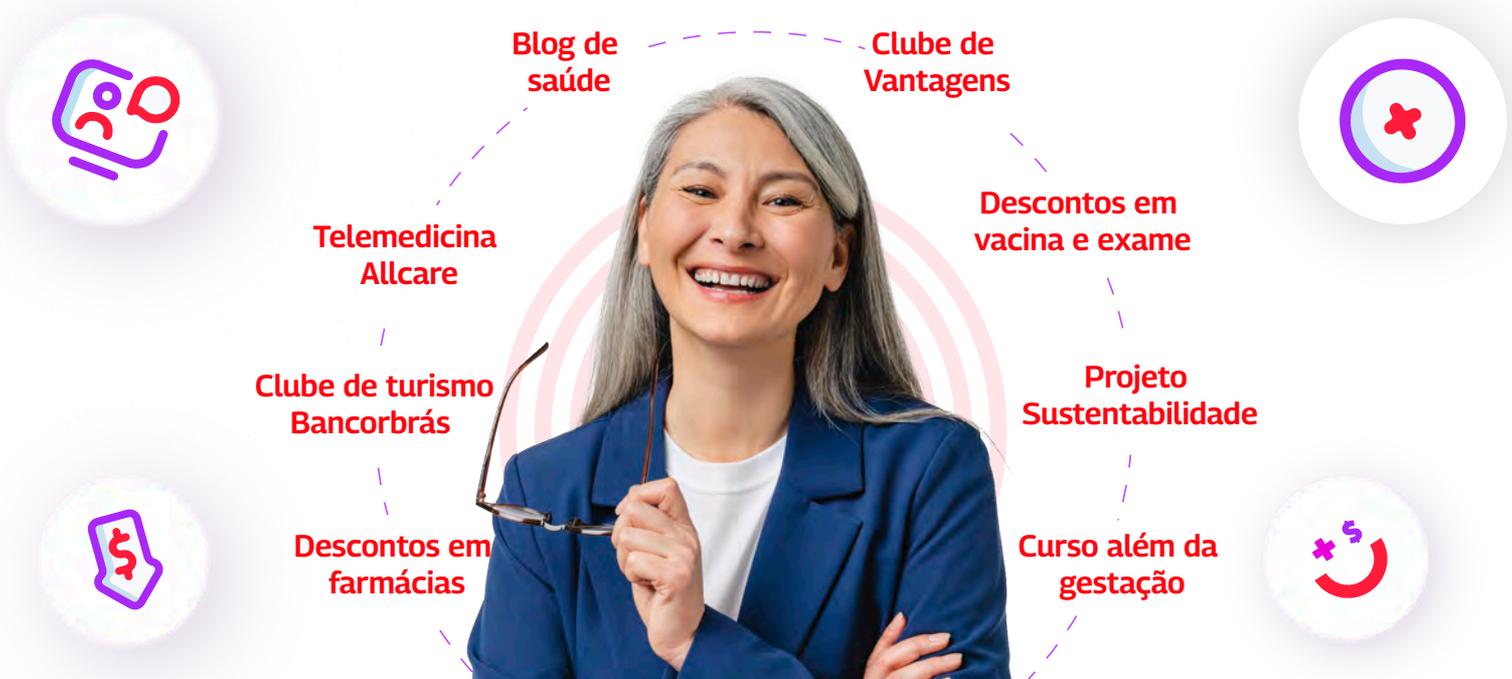
Para ela, era necessária essa padronização, e ao seu ver fortalece as ações das comissões de heteroidentificação.

“Reunir as universidades e produzir mecanismos e critérios só fortalece a ação de cada universidade, que, apesar de suas nuances, precisa de critérios nacionais que sedimentem a ação das comissões de heteroidentificação no seu papel de realizar o controle social das políticas públicas de ação afirmativa.”

Segundo Denise, a discussão da padronização parte do método democrático de ouvir as experiências das universidades.

“E isso o MEC está propondo. O que já é extremamente positivo. As questões de localização de moradia não podem ser argumentos suficientes para apostar em processos virtuais que acabam por abrir possibilidades de fraudes. Vejo a possibilidade aberta da discussão de critérios mínimos como algo muito salutar para a atuação das comissões de heteroidentificação”, finaliza a superintendente.

Você sabia que, como beneficiário(a) Allcare/SINTUFRJ, estes benefícios estão a sua disposição?



Acesse o QR code e saiba mais.  **0800 941 4962** **(11) 3003 5200**  

ANS - nº41728-9

Capitalismo em fratura exposta

A anatomia do capitalismo é apresentada em fratura exposta pelo livro *A Ordem do Capital*, da pesquisadora e economista Clara Mattei. O subtítulo da obra é mais explícito e deixa claro ao leitor o que ele irá encontrar na brochura de quase 500 páginas reveladoras: 'Como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo'.

Clara Mattei é professora associada do Departamento de Economia da New School for Social Research. Ela foi a convidada para a aula inaugural de 2024 do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (Nides-UFRJ) na sexta-feira (26). O evento teve a chancela da universidade e de várias entidades, como o Sintufjrj.

O livro recorre a experiências históricas nas primeiras décadas do século passado expondo a associação entre as opções econômicas fundadas em controle de gastos para as áreas sociais, aumento de jornada de trabalho para ampliar o acúmulo de capital e soluções políticas autoritárias, como o fascismo. Em destaque, o fascismo de Benito Mussolini.

De acordo com Clara Mattei, o modelo capitalista de produção, baseado na exploração do trabalho, não é forte, pois, por não responder às necessida-



Fotos: Renan Silva

CLARA. Alentada investigação sobre as manobras de exploração na economia capitalista. Abaixo, Esteban entrega *Jornal do Sintufjrj* à pesquisadora

des humanas básicas da maioria, precisa estar cercado da força de instituições e do Estado burguês para se manter de pé e se reproduzir: Executivo, Legislativo, Forças Armadas, meios de comunicação.

A ordem do Capital não tem nada de espontâneo, observa a pesquisadora, e mantém os trabalhadores e a sociedade como reféns de um sistema baseado na austeridade fiscal, um mecanismo de coerção que, a cada crise, reduz o poder de barganha dos trabalhadores.

Clara chama atenção para a lógica da austeridade capitalista, que tem no desemprego um mecanismo de chantagem para submeter a força de trabalho a padrões de pre-

cariedade e sem poder de contestação à exploração.

Ela lembra que na crise capitalista de 2009, os Estados socializaram os prejuízos dos grandes bancos e do capital financeiro com a sociedade. Trata-se de um projeto político que subordina a maioria a privilégios de uma minoria. E para isso, diz ela, conta, por exemplo, com argumentos de economistas que se apresentam como técnicos, mascarando o seu caráter de engajamento político a serviço de uma ideologia.

Ela cita essas políticas de privatizações de empresa como um dos pontos basilares da lógica de manter a sociedade com absoluta dependência do chamado mercado.

Austeridade, hoje

“É importante que o movimento sindical apoie eventos como esse”, disse Esteban Crescente, coordenador do Sintufjrj, na sua saudação. “Não nos bastam as lutas práticas, é necessário sintetizar em teoria o que a gente vive”. O dirigente observou que o livro estuda experiências históricas na Itália, na Inglaterra, nas lutas operárias, “num momento que há ascenso dos direitos sociais, direitos trabalhistas, confrontando com o que aposta na opressão, na austerida-

de sobre o povo”.

Trazendo a reflexão para os dias de hoje, Esteban lembrou a plateia da greve recente da qual o Sintufjrj teve papel protagonista. “Foi uma greve contra a austeridade que infelizmente permanece pela legislação sobre o orçamento público no Brasil”. E expôs: “antes teto de gastos; hoje arcabouço fiscal” e na asfixia financeira da universidade. Austeridade que resultou anteriormente num governo fascista que os trabalhadores derrotaram nas urnas.



‘Lembrar, para não esquecer’

O impacto dos 20 anos de ditadura na UFRJ e o inventário de vítimas na universidade serão lembrados em sessão solene na Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

No dia 16 de agosto, às 18h, a UFRJ realizará uma cerimônia emblemática na Associação Brasileira de Imprensa: a instituição lembrará os integrantes de sua comunidade assassinados, desaparecidos e perseguidos pela ditadura civil-militar. Em 2024, são 60 anos do início do período de exceção, uma noite sombria que durou 21 anos. São episódios marcantes que ficaram para a história e para a vida de todos que enfrentaram, viveram e resistiram aos anos de arbítrio. É lembrar para não esquecer.

Em 2013, foi criada a Comissão de Memória e Verdade da UFRJ (CMV-UFRJ), e nesse momento já havia diversos levantamentos realizados pelos familiares de mortos e desaparecidos que reuniam dados desde os anos 1970 sobre seus entes queridos.

Nos anos 1990, foram abertos arquivos e valas clandestinas e publicados dados sobre as vítimas. Esses dados foram sintetizados em 2009, e é com esse número de mortos e desaparecidos reconhecidos que a CMV trabalha hoje: 23 estudantes e dois jovens professores assassinados pela repressão.



JUNHO DE 1968. Estudantes da UFRJ presos pela repressão são levados para a sede do DOPS

“Isso não significa dizer que não houve outros membros da universidade anônimos, alunos e ex-alunos não identificados ou funcionários, e servidores, de difícil registro como membros efetivos da comunidade UFRJ em uma época em que não havia concurso para técnicos. As vítimas da ditadura na universidade tampouco se reduzem

aos mortos e desaparecidos: pesquisas apontam para outras vítimas que sobreviveram apesar das prisões, cassações, perseguições, aposentadorias compulsórias, exílios etc.”, explica a historiadora e integrante da CMV-UFRJ, Luciana Lombardo.

REPRESSÃO

A historiadora lembra o que, na sua opinião, foi o

episódio mais dramático na universidade. “O momento mais lembrado é o Massacre da Praia Vermelha em setembro de 1966, mas, pelo grau de escalada da violência, acho que o episódio da prisão coletiva em junho de 1968, na véspera da Sexta-Feira Sangrenta, quando os estudantes foram levados para o campo do Botafogo em frente à PV, foi ainda

mais dramático. É o que mais me causa impacto”, diz Luciana.

O DCE Mário Prata leva o nome de um de seus dirigentes e militante socialista que foi assassinado pela ditadura.

“O tema da verdade, memória e justiça nunca saiu da ordem do dia do movimento estudantil e deve estar presente sempre no debate da sociedade. Aqui na UFRJ, nosso DCE carrega a história de Mário Prata”, afirma a estudante de direito e diretora do DCE, Giovanna Almeida.

Além das torturas e mortes, Luciana destaca como “outra consequência imediata de uma ditadura voltada para a repressão de opositores políticos e que enxergava seus críticos como inimigos de Estado o terror imposto pelas prisões pelo cerceamento das liberdades de pensamento e expressão, com muitos cientistas e pesquisadores se autocensurando ou impedidos de lecionar”, completa. Outra consequência foi uma universidade com concepção elitista.

***Esta é a primeira de uma série sobre o golpe de 1964.**

Foto: Memórias Reveladas / Arquivo Nacional